

Sua Excelência o Primeiro-Ministro  
Dr. António Costa,

As organizações abaixo assinadas vêm trazer ao conhecimento de V. Exa. o conteúdo de um apelo dirigido recentemente ao Primeiro-Ministro da Grécia, Alexis Tsipras, por parte de mais de 20 organizações não-governamentais que realizam o seu trabalho naquele país junto da população refugiada<sup>1</sup>. Nesta carta, enviada a 23 de Outubro de 2017, a sociedade civil denuncia a deterioração das condições de vida de milhares de requerentes de asilo nas ilhas de Lesbos, Chios, Samos, Kos e Leros, no Mar Egeu, com especial impacto no bem-estar de mulheres e crianças. Neste momento, encontram-se cerca de 15 mil pessoas nestas ilhas, 12 mil das quais alojadas em estruturas com capacidade máxima para o acolhimento de 5 mil pessoas. Esta situação é consequência direta da Declaração UE-Turquia de 18 de Março de 2016, que tem conduzido a uma política de confinamento dos requerentes de asilo nas ilhas que, segundo estas organizações, deve cessar de imediato, sendo substituída por uma política de transferência dos mesmos para território continental grego, no sentido de responder às suas necessidades de proteção e garantir-lhes condições de acolhimento adequadas. A resposta a este apelo e a criação de condições de acolhimento dignas para estas pessoas tornam-se cada vez mais urgentes com a aproximação do terceiro Inverno desde o início da chegada massiva de mulheres, crianças e homens às ilhas gregas, sendo neste momento evidente que, a exemplo dos anos anteriores, as autoridades gregas não estão preparadas para dar resposta às necessidades mais básicas dos requerentes de asilo.

Confrontadas com a falta de resposta do Governo Grego a este apelo urgente, as mesmas organizações da sociedade civil alargaram o âmbito da sua atuação e contactaram as Embaixadas dos Estados-Membros da União Europeia em Atenas, através de carta enviada no passado dia 21 de Novembro, no sentido de lhes fazer

---

<sup>1</sup> Em anexo, exemplar da carta dirigida ao Primeiro-Ministro Alexis Tsipras.

chegar a sua denúncia e instá-los a apoiar o fim da política de confinamento de requerentes de asilo nas ilhas gregas.

É neste contexto que nos dirigimos a V. Exa. A situação relatada pelas organizações que trabalham no terreno não pode deixar nenhum Estado Membro da UE indiferente, em particular Portugal, cuja sociedade civil e sucessivos governos têm manifestado um forte e constante espírito de solidariedade para com a Grécia e Itália, países na primeira linha da chamada “crise” de refugiados. A falta de condições dignas de acolhimento de requerentes de asilo na Grécia é conhecida e dura já há vários anos, tendo motivado a suspensão de retomas a cargo para aquele país ao abrigo do Regulamento de Dublin, bem como a ativação do mecanismo de recolocação de emergência pelo Conselho, em 2015. A Declaração UE-Turquia de Março de 2016 veio criar uma situação insustentável de confinamento de um elevado de número de requerentes de asilo nas ilhas gregas que, para além de ter promovido a deterioração das suas condições de vida, ameaça minar a boa vontade da população grega daquelas ilhas, cuja abertura e solidariedade têm sido exemplares até à data.

Assim, apelamos a que o Sr. Primeiro-Ministro, na sua qualidade de Chefe do Governo e representante de Portugal no Conselho Europeu, apoie o fim do confinamento de requerentes de asilo nas ilhas gregas, a sua transferência para o território continental e quaisquer medidas da União que visem ajudar o governo grego a cumprir as suas obrigações de proteção e acolhimento digno e seguro destas pessoas.

Agradecemos a V. Exa. a atenção dispensada e despedimo-nos com os nossos melhores cumprimentos,

**Amnistia Internacional – Portugal**  
**Caritas Portuguesa**  
**Serviço Jesuíta aos Refugiados (JRS-Portugal)**